

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA

Intervenção Psicopedagógica no Contexto Escolar

Waleska Ponte Feitosa

FORTALEZA, outubro– 2006.

Intervenção Psicopedagógica no Contexto Curricular

Waleska Ponte Feitosa

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Especialização em Psicopedagogia como requisito parcial para obtenção do título de Especialista pela Universidade Federal do Ceará.

FORTALEZA - CE

2006

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialização em Psicopedagogia, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Waleska Ponte Feitosa

MONOGRAFIA APROVADA EM: _____/_____/_____

Gláucia Maria de Meneses Ferreira.LD

Orientadora

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a meu pai que acreditou nessa minha luta pelos ideais educativos.

A todos os alunos de pedagogia e psicopedagogia, que busquem seu espaço no campo profissional e no mundo, que eles encontrem forças para não desistirem de lutar pelos seus ideais educacionais.

Dedico.

**Não é fácil o trabalho da educação. Mas, o que é realmente prazeroso é
continuar na docência com amor.**

Waleska Pontes Feitosa.

AGRADECIMENTOS

À minha família e a Deus pela energia positiva, força luz, para caminhar.

Em especial a Ana Iorio, amiga, Doutora em Educação que compartilhou seus conhecimentos e experiências ao longo deste trabalho.

À professora Marisa Pascarelli pela contribuição e transmissão de conhecimentos.

RESUMO

Este trabalho aborda de forma ampla o papel da escola na sociedade e a participação da família no processo ensino-aprendizagem como elementos mediadores da formação e conhecimento dos educandos. Discute-se que, na realidade de hoje, as famílias, a escola e o currículo escolar sofreram profundas mudanças em sua estrutura e nas funções sociais e culturais. Isto tornou necessário que o psicopedagogo, como agente nesse processo de ensino-aprendizagem, intervenha na dinâmica das dificuldades de aprendizagem visando a solução dos problemas e tendo como foco a família, a escola e o aluno. Mostra-se que a escola e a família são responsáveis pela formação, educação e construção do saber para que possa acontecer aprendizagem. Entretanto, existe uma crise de paradigmas educacionais. É necessário que o psicopedagogo os conheça para poder intervir e produzir modificações. Conclui-se, que cabe aos psicopedagogos buscarem nas teorias aquilo que sustentará a sua prática no contexto escolar (realidade) através de sua intervenção. Conclui-se que ousar é o novo verbo de ações.

INTRODUÇÃO

A prática psicopedagógica é o centro das atenções neste momento em que os olhares estão voltados para a escola como também o aumento do número de alunos com dificuldades de aprendizagem. Deste modo tanto a docência como a gestão escolar e em especial o trabalho psicopedagógico, estão incluídos na discussão sobre a função social da escola.

O presente trabalho faz uma análise dos paradigmas educacionais, função social da escola e família no contexto da superação das dificuldades de aprendizagens por meio da ação e intervenção psicopedagógica .

A fundamentação teórica está centrada numa visão de conhecimento- construtivista - e na sua forma de aplicação psicopedagógica - que dá subsídios para compreender os entraves na apreensão da aprendizagem de uma criança num ambiente escolar dentro de um contexto e uma proposta curricular.

De acordo com Silva (1999) da mesma forma que a cultura, o currículo também pode ser visto como uma prática de significação. O currículo também pode ser visto como um texto, como uma trama de significados, pode ser analisado como um discurso e ser visto como uma prática discursiva. E como uma prática de significação, o currículo, tal como a cultura, é sobretudo, uma prática produtiva.

A psicopedagogia busca a melhoria das relações com a aprendizagem, assim como a melhor qualidade na construção da própria aprendizagem de alunos e educadores.

Nessa visão tem-se como objetivo temático apresentar o psicopedagogo como agente de intervenção no processo de aprendizagem no contexto escolar e familiar.

No primeiro capítulo é focado o papel da escola e sua importância na vida dos educandos.

No segundo capítulo focaliza-se o conceito geral de família, sua complexidade como instituição considerada como base na sustentação da estrutura familiar, destacando-se também sua relação com a escola. A intervenção da família na escolarização dos filhos ocorre de forma direta ou indireta sabendo que este é um processo que precisa ser trabalhado ao longo do tempo, respeitando a realidade da família e da escola.

O terceiro capítulo mostra o trabalho psicopedagógico destacando seu papel na instituição escolar e a ruptura de paradigmas na execução da mesma.

No último capítulo é apresentado uma discussão sobre pluralidade cultural na educação para melhor compreender o currículo no processo escolar, destacando o planejamento e a interdisciplinaridade como uma atividade integrada ao trabalho psicopedagógico que possibilitam novas práxis transformadoras no processo ensino-aprendizagem.

A prática curricular psicopedagógica dos profissionais da educação, aponta para a necessidade de produzir conhecimentos inovadores, integrados ao currículo e articulados às necessidades reais da instituição com a intervenção da cultura educacional viabilizando o sujeito do processo, na construção do conhecimento escolar e do mundo.

Conclui-se que é preciso estar sempre em mudança na prática psicopedagógica no contexto educacional, no intuito de melhorar a aprendizagem dos conteúdos e intervir nas dificuldades de aprender os mesmos.

1. A ESCOLA E A SOCIEDADE

1.1 Função Social da Escola

Historicamente, a escola e a família, tal qual as conhecemos hoje, são instituições que surgem, simultaneamente, com o advento da modernidade, ambas destinadas ao cuidado e educação das crianças e jovens. Na verdade à escola coube a função de educar na medida em que o tempo e a competência da família eram considerados espaços para o cumprimento de tal tarefa. Os saberes diversos e especializados necessários à formação das novas gerações demandavam, cada vez mais intensamente ao longo do tempo, um espaço próprio dedicado ao trabalho de apresentação e sistematização de conhecimento dessa natureza diferente, portanto, daqueles organizados pela família.

A escola como instituição distinta da família, no Brasil, constituiu-se aos poucos, às custas das pressões científicas e dos costumes característicos de uma vida mais urbana que, há aproximadamente dois séculos, sinalizavam para a necessidade de uma organização voltada à formação física, moral e mental do indivíduo, missão essa impossível para deixa-se com único responsável, a família.

Sendo assim, a escola como instituição busca por meio de seu ensino que seus alunos possam assumir responsabilidade por este mundo, através do enlaçamento entre conhecimento e ação, entre saber e as atitudes, entre os interesses individuais e sociais, onde possibilita ampliar o mundo dos alunos, convidando-os a olhar o mesmo a partir de suas experiências.

A educação que existe na história e na sociedade humana, é uma construção do homem que visa o desenvolvimento do indivíduo no qual engloba as partes biológicas, psicológicas, morais e intelectuais, como também a sua integração no meio social, que visa adaptá-lo à sociedade em que se vive.

Partindo-se desse princípio é necessário indagar a função social da escola nesse contexto.

A sociedade contemporânea destaca na educação uma função transformadora e pretende através desta atingir o aperfeiçoamento do indivíduo e das estruturas sociais democráticas.

Nesse sentido podemos compreender que a educação no sentido mais amplo é vista como socialização que se desenvolve de variadas formas e por meio de diferentes instituições - família, escola, igreja - ou por meio dos meios de comunicação social e de contatos informais.

A escola assume assim uma função educativa seja ela formal ou informal.

No campo formal enfatiza a socialização, a culturação e perpetuação das burocracias educativas educacionais. Legitima os valores e comportamentos, processadas essencialmente nos órgãos instituídos (escolas).

Para Brandão (1995) o ensino formal é o momento em que a educação se sujeita à pedagogia, cria situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos estabelece suas regras e tempos e constitui executores especializados.

Existe educação sem haver escolas e existem aprendizagens sem haver o ensino especializado e formal. A essa educação chama-se de informal.

Pode-se compreender sobre educação informal como o processo permanente pelo qual cada pessoa adquire e acumula conhecimentos, decorrentes da exposição ao ambiente e da experiência diária.

O processo educacional ocorre por meio de uma relação entre a educação formal recebida na escola, entre a educação informal recebida pelo indivíduo em seu ambiente familiar.

Cabe então a função social da escola de complementar o trabalho da família, corporificando normas sociais, ensinamentos e possibilidades de ensino do que é necessário para o equilíbrio social e integral do indivíduo à sociedade.

A escola como instituição escolar deve ser um espaço de valorização tanto de informação, como de formação de seus alunos, dentro de uma vida em grupo. A escola busca por meio do seu ensino que seus alunos possam assumir a responsabilidade por esse mundo.

É necessário questionar o que a sociedade espera da escola. De certa forma, a sociedade espera formar cidadãos críticos, reflexivos, autônomos, conscientes de seus direitos e deveres, capazes de compreender a realidade em que vivem, preparados para participar da vida econômica, social e política do país e aptos a contribuir a construção de uma sociedade mais justa, com menos desigualdades sociais, onde as pessoas possam viver com mais dignidade.

Todos concordam com a idéia dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS¹) no que diz respeito á escola formar cidadãos críticos, reflexivos, autônomos, conscientes de seus direitos e deveres, capazes de compreender a realidade em que vivem preparados para vida social, política.

Para a formação deste homem, capaz de entender, interpretar e transformar o mundo em que vive, é necessário o domínio de determinados conteúdos e habilidades, ser competentes.

Nessa perspectiva, os conteúdos curriculares deverão estar sempre articulados com as práticas e os problemas sociais, cabendo ao professor organizar experiências e situações de aprendizagem que permitam que os alunos possam fazer relações entre esses conteúdos e as questões presentes em sua comunidade.

¹ PCNS –É um documento elaborado pelo Ministério da Educação chamado: Os Parâmetros Curriculares Nacionais no qual diferem a organização curricular considerando a especificidade das áreas e disciplinas de um todo integrado e a organização da escolaridade

A escola, em todos os seus níveis, pode ser um das mais importantes matrizes do desenvolvimento humano, uma vez que adote como base de sua ação formadora o contexto maturativo da criança, respeitando as características de cada etapa evolutiva da personalidade, afim de que possa pautar sua tarefa em progressão paralela com as potencialidades infantis de aprendizagens.

É compromisso social escolar ir além da simples transmissão de conteúdos, conhecimentos sistematizados. Deve-se preocupar com um aluno capaz de buscar informações segundo as necessidades individuais e sociais. Para isso é preciso que os professores trabalhem com metodologias participativas, desafiadoras, problematizando os conteúdos e estimulando-os a pensarem.

Um outro valor é a formação da cidadania que diz respeito à formação de determinados valores, atitudes e compromissos indispensáveis à vivência numa sociedade democrática, tais como: solidariedade, cooperação, responsabilidade, respeito às diferenças culturais, étnicas e de sexo.

A escola, portanto, tem o compromisso social além da simples transmissão do conhecimento sistematizado, preocupando-se em dotar o aluno a construção de sua cidadania no contexto social.

A construção de uma escola competente, democrática e de qualidade é uma exigência social, mas não acontece de forma isolada esse processo, é necessário o apoio dos dirigentes garantindo a infra-estrutura indispensável ao bom funcionamento, o investimento na formação (docente/discente), valorização e motivação dos professores, como também a participação dos pais no desenvolvimento dos filhos em um trabalho de parceria.

1.2 O Fracasso Escolar e a Intervenção Psicopedagógica

O contexto escolar não pode ser desvinculado do assunto sobre o rendimento escolar seus '*sucessos*' e '*fracassos*' bem como a avaliação dentro desse processo ensino-aprendizagem.

Na sociedade contemporânea pode-se perceber uma ruptura nos paradigmas referentes aos conceitos avaliativos, onde a mediação e o diagnóstico são abordados como novas formas de avaliação do rendimento escolar deixando-se o aspecto da classificação como fator relevante.

A evasão escolar e o fracasso escolar (repetência) são cada vez maiores. Faz-se necessário questionar se o aluno é mesmo o fracassado ou a escola é a grande responsável pelo insucesso do aluno. Esses fenômenos, não se restringem ao julgamento sobre sucessos ou fracassos do aluno, mas de atentar as necessidade de uma intervenção psicopedagógica e pedagógica.

A tarefa da psicopedagogia é a identificação, a avaliação e tratamento dos alunos que, por uma determinada razão, não conseguem aproveitar os recursos oferecidos pela instituição para alcançar o rendimento esperado, pelo menos não na mesma medida e que fazem seus colegas de aula. Será desta forma que o psicopedagogo poderá acompanhar o processo e intervir nessa problemática.

O psicopedagogo trabalha realizando entrevistas com alunos, família, professores, coordenação de ensino através de uma mistura de interações sendo o sigilo das informações mantido.

A escola sempre transfere para o aluno, para a família ou para as condições materiais, a responsabilidade pelo fracasso do aluno.

Para Rodrigues (1999), o psicopedagogo assumirá um papel de assessor no qual deve zelar para que as expectativas que são geradas nos professores, nos alunos e nas famílias sejam compatíveis às suas possibilidades, ser bem preparado para intervenção, respeitando as normas étnicas e valores nos diferentes grupos, visando a melhoria dos aprendentes sempre mantendo atitudes de auto-reflexão.

1.3 Participação do professor na Avaliação e Determinação do Fracasso Escolar

É impossível pensar em fracasso escolar sem refletir sobre os professores e suas práticas avaliativas desenvolvidas nas escolas.

A avaliação subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos e adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo o grupo. Para o aluno, é um instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender. Para a escola, possibilita definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio.

Rodrigues (1999, p.65-7) diz que um educador qualificado deve:

“ estar comprometido politicamente com a sua tarefa de educador. Esse comprometimento exige que as pessoas tenham consciência da responsabilidade que lhes foi confiada. Do educador se exige uma constante preocupação com o ato educativo (...). Ninguém é comprometido politicamente de uma vez por todas. O compromisso é um ato de amor que tem de se renovar diariamente (...). Em segundo lugar, o professor comprometido politicamente tem de ser tecnicamente competente (...). Aquele educador que se sente comprometido politicamente já está com vontade direcionada para sua preparação técnica (...). Em terceiro lugar, se a escola pretende ser democrática, o educador necessário para ela deve assumir democraticamente a sua tarefa educativa.”

A intervenção do psicopedagogo ajudaria na implementação de uma avaliação institucional séria, que possa orientar a prática educativa diante das dificuldades de aprendizagens por meio de um diagnóstico do processo de ensino – aprendizagem.

A avaliação psicopedagógica institucional poderá contribuir para:

- Avaliar a eficiência de professores, currículos, sistemas e programas educacionais;
- Identificar diferentes tendências quanto ao desempenho educacional;
- Determinar o progresso educacional do ponto de vista nacional, regional e até mesmo entre nações;
- Possibilitar a definição e o planejamento de currículos, assim como a definição de novas políticas educacionais.

Vasconcellos (1956, p. 42) cita que não são apenas conhecimentos que a criança adquire na escola:

“Há que se levar em conta que a criança na escola não aprende só conhecimentos, mas também adquire valores, hábitos, atitudes, desenvolvendo estruturas de pensamento. De um modo geral, podemos subdividir a avaliação do aluno, para efeitos de estudos, em duas dimensões: a cognitiva e sócio-afetiva. A avaliação cognitiva diz respeito àquilo que é solicitado do aluno em termos de conhecimentos, habilidades e operações mentais envolvidas. Por avaliação afetiva podemos entender aquela relativa a aspectos como interesse, responsabilidade, comportamento, iniciativa, criatividade, disciplina, etc. Avaliar o aluno como um todo”

O conceito da avaliação juntamente com o papel do psicopedagogo diante dela, pode-se analisar a importância de um projeto pedagógico compartilhado com os educandos e educadores no sentido de que viabilizam a aquisição dos conteúdos, revisão curricular, oportunidades de aprendizagens por parte dos alunos, prática docente, problemas a superar como resultados dos alunos (fracasso escolar).

Uma avaliação construtiva significa obrigatoriamente uma tomada de posição sobre o objeto avaliado e uma tomada de decisão quando se trata de um processo, como é o caso da aprendizagem.

Primeiramente, assumir o caráter de transformador e não mera constatação e classificação, antes de mais nada deve estar comprometido com a promoção de aprendizagem e desenvolvimento por parte de todos os alunos.

Em segundo, o compromisso com a aprendizagem favorecendo o desenvolvimento da autonomia dos mesmos. Diante desta segunda ação, há necessidade de uma revisão da postura frente ao erro, considerando-se o raciocínio do aluno.

Para Vasconcellos (1956, p.42):

”Trata-se de uma hipótese na construção do conhecimento, portanto, um excelente material de trabalho para o professor, que não é simplesmente dizer ‘certo’ ou ‘errado’, mas tentar acompanhar e compreender o que o educando entendeu, que o fez chegar àquele resultado, ajudando-o a tornar consciência e a se colocar como um problema a ser enfrentado”.

Analisando-se essa definição faz-se repensar sobre novas ações, nas quais implicaria nas decisões após uma avaliação. O que de fato mais importante é observar no processo de aprendizagens as lacunas ou falhas que obviamente ocorreram diante esse processo, pensando-se no que se pode fazer para mudar a realidade.

A avaliação deixaria de ser classificatória e passaria para um objetivo principal do processo da construção do conhecimento.

A ação avaliativa é a própria mediação entre a criança, sua realidade e o espaço institucional onde está inserido o educador com suas impressões de mundo, suas concepções a respeito das crianças.

Hoffmann (2000, p. 16) poderia, assim, apontar os seguintes pressupostos básico no delineamento de uma proposta de avaliação mediadora:

- “Uma proposta pedagógica que vise levar em conta a diversidade de interesses e possibilidades de exploração do mundo pela criança, respeitando sua própria identidade sócio – cultural, e proporcionando – lhe um ambiente interativo, rico em materiais e situações a serem experienciadas;
- Um professor curioso e investigados do mundo da criança, agindo como mediador de suas conquistas, no sentido de apoiá-la, acompanha-la e favorecer-lhe novos desafios;
- Um processo avaliativo permanente de observação, registro e reflexão acerca da ação e do pensamento das crianças, de suas diferenças culturais e de desenvolvimento, embaixador do repensar do educador sobre o seu fazer pedagógico.”

Talvez seja este o grande desafio, tanto de psicopedagogos como educadores comprometidos com a educação e com o fracasso escolar: fazer valer as ações avaliativas transformadoras e refletindo-as, não deixando conceber a ação avaliativa como um processo imutável, num determinado momento definido e resultados.

O avaliador deve ter em mente um processo inacabado do conhecimento.

2.FUNÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA

2.1 Conceito Família

Definir e conceituar a família é uma atividade complexa, uma vez que a rede familiar está inserida num contexto sócio-histórico e sofre influências de problemas oriundos do ambiente externo, sendo considerada a célula mãe da sociedade.

A forma de organização da família é um elemento condutor de socialização, onde são transmitindo valores, normas e modelos de conduta e orientando-o no sentido de tornarem-se sujeitos de deveres e direitos no universo social.

Essa socialização não ocorre apenas na família, sendo simultaneamente pela escola, pela igreja, pela mídia, etc.

A família pode ser classificada por diversos ângulos nesse novo milênio como:

- família formada por mães e filhos;
- família em base de estrutura social;
- pessoas que moram sozinhas;
- casais sem filhos, muito existem outros tipos de famílias, além da tradicional, da comum e da normal, conhecida como família sem um chefe responsável pelas tarefas do dia-a-dia, onde os filhos possam confiar e encontrar embasamento.

Podemos definir que a família é um conjunto de pessoas, ligadas por laços de parentescos ou pessoas que vivem em grupo social.

A família é de supra importância na aprendizagem, pois é considerada a mais importante matriz do desenvolvimento humano, na qual a criança adquire o conhecimento de si mesma e dos demais, a comunicação, os padrões de interação social, as pautas de adaptação, e que, principalmente, através das relações com os pais, está em jogo seu futuro de vida emocional.

Na sociedade contemporânea o perfil da família está mudando, predominantemente cada vez mais a pequena família nuclear, com menos filhos, avós e tios distantes, pais e mães trabalhando fora.

Hoje, a maior parte das famílias são chefiadas por mulheres, a vida econômica é altamente instável e os valores morais passam a ser transitórios. Além das mudanças sociais, que modificam a estrutura da família, temos em lugar de destaque a instituição de ensino, pois esta tende a questionar e por em dúvida o papel relevante da família no aprendizado do filho e julga, muitas vezes, as crianças como incapazes ou inadaptados às dificuldades de aprendizagem que apresentam.

A expansão recente dos índices de escolarização faz também com que, em muitos casos, a escolarização dos pais seja menor que a dos filhos, o que contribui para o natural desconhecimento, por parte desses adultos, das novas possibilidades e exigências que a escola hoje proporciona as crianças.

A família está mudando de configuração, mas seu objetivo básico, que são adultos cuidando dos seus filhos, continua o mesmo, e esses cuidados é que vem processando de maneiras diferentes, no passar do tempo.

Diz-se que são basicamente duas funções da família, oferecer pertencimento (identidade), coisa de cuidar, de dar apoio, dar comida e favorecer que o indivíduo seja indivíduo. Portanto, ela tem essas duas visões de ação, pertencer e individuar.

Afinal o que é família? Ela pode ser definida de várias maneiras. Laços de sangue, parentescos e afinidade por intermédio do casamento. Neste caso a família é definida como o grupo de pessoas que mora na mesma casa e compartilham de um orçamento comum.

Segundo Bourdieu (1996) de modo geral, a família é a unidade de reprodução social e tem papel determinante na manutenção de ordem social, na reprodução não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estruturação social e das relações sociais.

Culturalmente exercemos influências de um padrão típico de família pai/mãe/ filho como se fosse a família certa, ou única forma possível de viver em família.

Foram significativas transformações na forma de ser da família, pois na década de 70 a mulher sai para o mercado de trabalho, abrindo oportunidade para uma redefinição dos papéis tradicionalmente incorporados.

A principal fonte de socialização está na família e na escola. E nestas duas instâncias que a criança aprende as principais agências sociais e inicia o seu aprendizado nas relações interpessoais.

Faz-se necessário desenvolver nos pais, o seu papel na aprendizagem dos filhos, pois a maioria dos pais atribui à escola a responsável pela aprendizagem de seus filhos, explicando o sucesso ou insucesso dos mesmos.

Depois de definir vários conceitos sobre família, ficou confirmado que, na maioria dos casos de dificuldades de aprendizagem, destacamos como responsável, a falta de relacionamento, pais, filhos e escola no sentido de a família orientar seus filhos dos benefícios que a escola traz para sua vida.

Podemos concluir que a família exerce uma funções social muito importante na sociedade sobre seus filhos, nas escolas, um papel fundamental no qual se refere ao psicológico, no sentido de ter tido conceitos sociais e morais de vida.

Nogueira (2000, p.75) afirma:

“A ação escolar tem importante papel na construção e reconstrução desse conceito.A família que possui expectativas negativas em relação a si mesma,mas não acredita nas suas diversas possibilidades de crescimento,portanto,o resultado escolar pode ser negativo ou confirmar suas expectativas em relação a si mesma,contribuindo para o reforço ou para superação dessa realidade.”

Podemos concluir que o processo de modernização da família, encontra-se na raiz dessas transformações de papéis sociais que atingem todas as dimensões da vida humana, bem como suas visões de função da mesma.

2.2 Família e Escola

A escola em todos os tempos, em todas as sociedades, seja qual for o sistema político, sempre teve a função de transmitir às novas gerações o conhecimento acumulado pelas gerações antecessoras, pois a questão central da escola é a socialização dos conhecimentos e habilidades essenciais à formação de cidadãos conscientes, preparados para participar na vida política, social e econômica de uma sociedade em constante transformação.

O processo de aprendizagem e suas interações com o ensino tem sido alvo de inúmeros estudos e avanços das mais variadas áreas em busca de sua compreensão. No entanto, os diferentes olhares teóricos convergem para o mesmo ponto: a valorização qualitativa das interações sociais que o aprendiz estabeleça em suas aprendizagens formais ou acadêmicas e as informações que estão ligadas ao seu mundo familiar e social.

Como é essa relação família e escola?

Essa é uma relação mais conflitante, por que apesar de ambas terem como objetivo central a educação, os papéis de cada um devem ser diferenciados durante esse processo. A família, de maneira generalizada, delega algumas obrigações da educação do filho à escola e ao professor, exercendo-se do seu papel fundamental de parceira da instituição de ensino na educação da criança. Os professores, frente a essa nova obrigação, servem forçados a responder pelo comportamento positivo ou negativo do aluno, além de se preocupar com o programa curricular, provas, exercícios, etc.

Segundo Parolin (2003, p.99):

“Tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto a família tem as suas particularidades que diferenciam da escola, e suas necessidades que aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto, ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo.”

Na sociedade muitas famílias, independentes do nível econômico, entregam a criança á escola se abstém de qualquer responsabilidade.

O que podemos observar é que a escola e a família, cada qual com seus valores e objetivos específicos na educação de uma criança, constituem um organismo intrínseco, onde quanto mais diferentes são, mais necessitam uma da outra. Dessa forma, cabe a toda sociedade, transformar o cotidiano da escola e da família, para que esta compreenda a importância dos objetivos traçados pela escola, assim como seu lugar de co-responsável neste processo.

O artigo 12 da Constituição diz: “a relação família-escola deve ser criada dentro de um processo de integração da sociedade com a escola no sentido de informar as famílias sobre o rendimento escolar de seus filhos, bem como, sobre a execução de suas propostas pedagógicas.”

A escola, por sua vez, também proporciona subterfúgio para ‘escapar’ da culpa pelos, possíveis fracassos escolares de seus alunos, entre as desculpas mais frequentes está a de

culpar os pais pela falta de tempo no convívio com os filhos. Fato que acaba gerando problemas de aprendizagens, relacionamento, etc.

É fundamental e urgente que ocorra uma transformação nesse processo educativo, para que a própria instituição possa estabelecer um elo de cooperação entre si. Entretanto, esta cooperação só será efetiva, caso os pais compreendessem que a escola não deve exercer a função moral da família.

A formação moral é aquela que determina os princípios morais de formação da criança como ser social, atuante e aceito na sociedade. Essa formação determina nas pessoas o seu caráter e presença de valores como cidadãos.

Seria necessário então que a escola promovesse a formação acadêmica, que é aquela em que a criança adquire nos bancos escolares, por meio de um processo contínuo.

Um vez que todos os setores da educação estejam conscientes de seus papéis, a escola poderá contribuir melhor para o aprimoramento da capacidade cognitiva e afetiva da criança - é aquela que a criança adquire no seio da família e que nem a escola consegue mudar, simplesmente aprimora através do contexto com outras pessoas que são de sua confiança, como os professores, contando com ajuda da família. Esta também poderá contribuir com o apoio da escola, a fim de melhorar o relacionamento com os filhos. Dessa forma, sentir-se-á capaz e protegida para aprender.

3. O TRABALHO PSICOPEDAGÓGICO NA ESCOLA

3.1 O Psicopedagogo na Instituição Escolar

E muito comum na sociedade atual que os pais vêm em busca de recursos terapêuticos ou psicopedagógicos para problemas de desadaptação escolar de seu filho ou também dificuldades de aprendizagens na escola, não se perguntam o que poderia estar ocorrendo de errado com a própria família.

Discutir sobre esses exemplos acima e outros, nos possibilita refletir sobre o trabalho psicopedagógico dentro da instituição enquanto o mesmo refere-se a educação e seus problemas de aprendizagem, uma área que estuda e lida com esses processo. Onde o seu objetivo é resgatar uma visão mais globalizante do processo de aprendizagem e conseqüentemente dos problemas decorrentes de processo, no âmbito de sua atuação preventiva, preocupando-se especialmente com a escola. Dedicando-se a áreas relacionadas ao planejamento educacional e assessoramento pedagógico.

O trabalho do psicopedagogo apresenta-se nos processos normais de aprendizagem, atuando de forma preventiva nas instituições educacionais, como também na percepção das dificuldades de aprendizagem que já se apresentarem instaladas, atuando no diagnóstico e nas terapias psicopedagógicas.

Definindo-se o que seria o psicopedagogo de forma objetiva, este é o profissional que auxilia na identificação e na resolução dos problemas no processo de aprender. O mesmo está capacitado a lidar com mais diversas dificuldades de aprendizagem, um dos fatores atuais que leva uma boa parte de alunos à multirrepetência, ao fracasso escolar e, conseqüentemente, á evasão, etc. A psicopedagogia não é uma, não é única. A psicopedagogia são relações integradas de situações multi e interdisciplinares. Sendo uma ciência plural, trabalha tanto individualmente o sujeito, como seu grupo e sobretudo as relações que esse sujeito estabelece com seu grupo. As relações entendam-se de aprendizagem e de saberes múltiplos.

O trabalho psicopedagógico atua nas instituições escolares de forma preventiva no processo ensino-aprendizagem, detectando os momentos de dificuldades e prevenindo questões que seriam motivo de tratamento futuro na vida emocional dos aprendentes, como também, interagindo com o organograma escolar quando os problemas de aprendizagem já estiverem instalados nos diagnósticos e nas terapias psicopedagógicas.

Uma das tarefas do psicopedagogo na escola supõe a reformulação da prática diagnóstica frente as dificuldades de aprendizagem aproveitando os recursos que a mesma lhe oferece para o questionamento dos problemas por meio da avaliação.

O termo diagnóstico surge como substituição da avaliação, já que se trata do enfoque clínico de intervenção para um enfoque educacional, pois tanto os dicionários da língua como os especializados em psicologia relacionam “diagnóstico” com os sinais ou indicadores que permitem estabelecer a natureza de uma enfermidade; ou, então, com formas de rotular ou classificar as pessoas enfermas.

O processo diagnóstico é uma fase muito importante para o tratamento psicopedagógico de um indivíduo com dificuldade na aprendizagem. Neste processo o psicopedagogo vai investigar aquilo que está acontecendo para que o indivíduo não apresente o resultado esperado na sua aprendizagem, tendo como parâmetros suas capacidades. Trata-se de uma pesquisa a ser realizada para que se possa dar um esclarecimento a uma queixa da família, da escola, do próprio indivíduo e de outro profissional, especificamente neste caso. Assim será possível traçar um plano de intervenção psicopedagógica.

Compreendendo o diagnóstico baseados em dois conceitos que são fundamentais e complementares: o conceito de ser humano e o de problema de aprendizagem.

O ser humano é considerado como uma unidade complexa, pluridimensional, transversalizado pela afetividade e pelas relações vinculares. Por estar em relação é contextualizado, torna-se sujeito da construção do seu próprio saber.

Os problemas de aprendizagem estão ligados ao indivíduo como um todo, e o sintoma que emerge do processo de aprender coloca em cena a pessoa total, não existindo causas independentes, mas sim produtos de uma estrutura global.

Para a Psicopedagogia, não se trata de enquadrar o indivíduo em categorias patológicas que possam vir, de futuro, a rotulá-lo, aumentando, assim, sua baixa estima, seu bloqueio para o processo de aprender. O não-aprender, o fracasso escolar e as demais variantes do problema de aprendizagem requerem, como lembra Bossa (1994,p.74) “uma análise cuidadosa de sua etilogia e particularidade”. O fracasso escolar surge da evolução da sociedade, como uma nova patologia, através da transformação do mundo do trabalho “em uma sociedade cada vez mais tecnizada”, é, portanto uma patologia na sociedade humana (Cordié, 1996,p.17).

No processo diagnóstico, o psicopedagogo utiliza várias técnicas, vários recursos aplicados em fases diferentes, contínuas e subseqüentes. Segundo Pain (1986,p.35), temos que levar em consideração nos momentos diagnóstico os “dados necessários para compreender o significado, a causação e a modalidade de perturbação em que cada caso motiva a demanda assistencial.”

A primeira fase corresponde à queixa apresentada pela família, pela escola e pelo paciente. Nesta queixa, psicopedagogo já poderá iniciar uma caracterização do tipo de problema-aprendizagem que será confirmada ou não com a história vital e com os demais dados do processo diagnóstico. Na utilização dos recursos e das técnicas, poderá o psicopedagogo sustentar se o tipo de problema corresponde a um problema de aprendizagem-sintoma, ou seja, quando surge causas ligadas á estrutura individual e familiar do aprendente, tomando forma no indivíduo e comprometendo a dinâmica da articulação entre a inteligência, o desejo, o organismo e o corpo. Este fato leva a um aprisionamento da inteligência e da corporeidade através da estrutura simbólica inconsciente. (Pain, 1986; Fernández, 1991)

Uma outra forma de aprendizagem patógena é o problema de aprendizagem-reativo que prejudica o aprender do indivíduo nas suas manifestações, surgindo do choque que se dá entre o ser em processo de aprendizagem e a instituição educativa que funciona de forma a retirar o aprendente de seu corpo discente. Pain (1986) considera que a função da educação pode se apresentar como alienante ou libertadora, segundo a forma de sua aplicação, ou seja, ela, em si, não é culpada de uma coisa ou de outra, o que irá caracterizá-la é a forma como o educador instrumentalize sua ação, desenvolvendo u feito alienante ou alibertado.

A inserção do psicopedagogo nas instituições escolares oferece benefícios positivos no âmbito educacional, mas sabemos das resistências que se manifestam quando tentamos realizar mudanças estruturais nas rotinas e práticas educativas, pois o trabalho psicopedagógico vai além da observação em sala, análise curricular, entrevista com os pais e educadores, compartilhar tomada de decisões, avaliação e estratégias num determinado contexto institucional.

Finalmente, a especificidade do tratamento psicopedagógico é medida por atividade bem definidas cujo objetivo é solucionar os efeitos nocivos dos sintomas referentes aos aspectos mencionados acima.

Podemos concluir que o psicopedagogo institucional deve estar alerta às possibilidades de construção de conhecimento que se apresentem dentro do ambiente em que está inserido seu cliente ou seu grupo de clientes. Mostrar que pequenos atos corriqueiros passam pó complexos processos cognitivos a te chegarem a atitudes banais.

Enfim ser um psicopedagogo institucional é ser um profissional sensível e atento ao meio em que trabalha. Ser sensível para perceber quando há de possibilidades de construção de conhecimento e valorização do imenso número de informações que nos circunda. É mostrar que aprender é ser capaz de fazer, é refletir sobre suas capacidades e transformá-las.

3.2. Paradigmas Curriculares e Multiculturalismo

Observa-se atualmente um multiculturalismo crescente acerca do processo didático nas escolas. A crescente inovação nas áreas tecnológicas, lingüísticas, matemáticas presenciada no âmbito educacional trás reflexões dos educadores, pedagogos, psicólogos, supervisores entre outros, sobre o papel construtivo do saber e suas aplicações no contexto sócio-cultural do educando.

Refletir sobre o saber significa fundamentalmente indagar sobre o currículo, seus objetivos, conteúdos e avaliação.

A discussão sobre pluralidade cultural tem se intensificado, ressaltando-se na educação e na formação dos educadores, o papel das práticas curriculares na preparação de professores e de futuras gerações nos valores de apreciação da diversidade cultural e de desafio a determinantes de gênero, raça, religião, ‘deficiências’, padrões culturais e outros. Fazendo parte do que tem sido multiculturalismo.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), por exemplo, apresentam um dos eixos transversais, o tema Pluralidade Cultural, levando-se em conta esta dimensão no cotidiano escolar.

O campo do multiculturalismo, com suas múltiplas formas de expressão (questões de gênero, sexualidade, etnia, identidade, entre outros.) vem ocupando lugar de discussões educacionais vinculadas à diversidade cultural/lingüística, identitária e em última aos diferentes movimentos sociais que representam a busca de direitos, bem como o reconhecimento, por parte do governo, da necessidade de conter os inúmeros conflitos referentes a essas questões.

O currículo escolar sofreu modificações com a intenção de ajustar-se à necessidade de sua clientela buscando encaixar em sua postura uma linha flexível, aberto aos temas

transversais que se possibilita adaptar tanto as necessidades da escola como também das crianças.

Um plano curricular supõe basicamente as intervenções atitudinais e procedimentais que organizam a prática do trabalho escolar. Para Coll (1997) a aprendizagem significativa e uma boa compreensão dos conteúdos abordados revelam uma ponte concisa com os conhecimentos prévios do aluno tornando assim uma ação pedagógica construtiva e psicopedagógica.

Os estudos sobre a problemática da diversidade cultural e da construção das diferenças tem sido trazida para educação e tem se intensificado para o currículo, propondo novos olhares, voltados ao reconhecimento e valorização de identidade culturais apagados ou esquecidos nas estruturas curriculares.

As mudanças dos paradigmas na educação regular é inovar, mudar, acrescentar para assim ter meios de tornar seu trabalho diversificado e aberto de aprendizagem.

Por esse motivo a sociedade contemporânea vem discutindo sobre a ação educativa dos docentes pedindo mudanças criativas em virtude de beneficiar os alunos, no aspecto do ensino-aprendizagem e também em função de uma formação, profissional que facilitariam na execução das práticas educativas.

Vivenciando-se num contexto de multiculturalidade é indispensável não se pensar na elaboração curricular diversificada.

“O currículo é uma prática, é expressão da função socializadora e cultural de uma instituição no conjunto de atividades mediante as quais um grupo assegura que seus membros adquiram experiência social historicamente acumulado e culturalmente organizada.” (Caderno Cidadão –Município de Porto Alegre-RS)

O apoio psicopedagógico ao indivíduo com dificuldades de aprendizagem deve contribuir com os demais profissionais da educação ajustando-se as programações e intervenções que estimularão o aluno tanto nas dificuldades de aprendizagem como em outros aspectos escolares (socialização, autonomia, emocional).

O trabalho psicopedagógico juntamente com o programa curricular, levando-se em consideração a individualidade dos alunos com suas características intrapessoais, o papel da família diante o projeto pedagógico elaborado pela escola viabilizam o desenvolvimento de boas ações na intervenção das dificuldades de aprendizagem.

Por essa e outras questões já mencionadas é que os psicopedagogos precisam contestar os currículos culturalmente dominantes, na perspectiva de compreender como se dá esse processo, até mesmo para apontar caminhos.

Nesse sentido, Carmen et al (2000, p.10) afirma que:

“Em sociedade multiculturais marcadas por desigualdades, racismos e neo-nazismos que se manifestam, de forma cada vez mais assustadora, em nosso mundo contemporâneo, a produção de pesquisas que questionem discursos homogeneizadores e busquem formas alternativas de valorização do pluralidade cultural e desafio a construção xenófobas e discriminadora torna-se, (...) uma necessidade para a reflexão curricular e educacional no início do novo milênio.”

Quando o psicopedagogo pensar uma forma de ver o currículo dentro desse contexto multicultural, de rever a teorização curricular como prática de significação.

A significação curricular, finalmente representará um prática produtiva, pois trata-se fundamentalmente de um caráter criativo, no qual o psicopedagogo atuará dentro de relações sociais vendo-o como inacabados e analisado-os em um contexto sócio cultural.

Para isto, precisamos romper como paradigmas mecanicista e buscar uma educação que perceba o homem em sua totalidade. Esta visão holística de homem de uma prática que reflita os fatores que fortalecem o descaso pelo qual o sistema educacional enfrenta.

Uma abordagem sócio-interacionista teremos que considerar que aprendizagem ocorre frente a fatores extrínsecos e intrínsecos ao homem, pois será tentando aprender o ser humano em sua totalidade que uma educação se tornará verdadeira. Isto implica numa aprendizagem para a vida considerando o presente.

Romper com os paradigmas e pensamentos fragmentos, de simples retenção, linear é um dos primeiros passos para a transformação. O psicopedagogo que estão dentro desse contexto, neste caminho de ruptura irão buscar em várias fontes uma água que regue a sua prática dentro da instituição e moldes curricular que atuam.

Finalmente, sob a ótica interacionista podemos ressaltar que a criança sempre tem a possibilidade de aprender. Resta nos psicopedagogos encontrar a maneira de tornamos esta aprendizagem significativa e ter clareza em três pontos: como aprende, o que aprende, para que aprende.

3.3 A Interdisciplinaridade e Planejamento como Possibilidade de Dinamização do Trabalho Psicopedagógico

A elaboração de representações pessoais sobre os diferentes saberes não podem ser deixado à espontaneidade dos alunos, pois são os professores que planejam para prever que os conteúdos apareçam ao longo da escolaridade do educando, para que tenham, possibilidades de construí-los.

A concepção construtivista, colhendo contribuições de uma série de teorias psicológicas, compreende os conhecimentos prévios dos alunos (e em geral do ser humano) em termos de esquemas de conhecimento, considerando de suma importância a interdisciplinaridade dentro do contexto curricular no âmbito do planejamento escolar, como meio viabilizador de diferentes conhecimentos.

A partir dessas considerações pode-se levar em questão o papel do psicopedagogo no auxílio desse planejamento no que se refere a refletir sobre a atuação educativa, o que por sua vez torna-se necessário algum referencial orientador para os objetivos, sobre como se aprende e como se ensinar compartilhando sobre sua função social do ensino.

Na concepção construtivista, Coll (1998) assume que na escola os alunos aprendem e se desenvolvem na medida em que podem construir significados adequados em torno de conteúdos que configuram o currículo escolar.

É fundamental ter em mente o processo de mediação entre crianças e a cultura na qual se encontra, como também a importância da interdisciplinaridade nesse contexto sócio-cultural no âmbito da educação.

Esses aspectos da interdisciplinaridade versus planejamento, influencia na condução das dificuldades de aprendizagem percebendo-se através da vivência docente manifesto grande preocupação em relação aos resultados que não são satisfatórios em alguns ambientes escolares em termos de ensino-aprendizagem.

Como planejamento é uma atividade de sistematização consciente, é o momento de refletir sobre a prática, é um processo de tomada de decisão, ele tem consequências na prática pedagógica.

Nesse sentido como poderá intervir ao planejamento? O que significa o planejamento?

Segundo Libâneo (1994) planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social.

De acordo com esse autor, o planejamento tem várias funções, tais como:

- expressar os vínculos entre o posicionamento filosófico, político- pedagógico e profissional com a prática do professor em sala de aula, através dos objetivos, conteúdos, métodos e forma em que o ensino está organizado;

- atualizar o conteúdo do planejamento sempre feitos no campo da conhecimento, respeitando as aprendizagens dos alunos e reavaliando os recursos utilizados e a metodologia;
- relacionar o material que será utilizado com antecedência, preparando as tarefas que os alunos irão executar, apresentando ordem seqüencial, objetividade, coerência e flexibilidade.

“O planejamento deve ser um guia de orientação para o professor, deve ter uma ordem seqüencial progressiva, para que sejam alcançadas as metas traçadas, deve considerar a objetividade, que é a correspondência dos conteúdos que foram planejados com a realidade à qual vão ser aplicados. Deve também haver coerência entre objetivos, conteúdos, métodos e avaliação, e flexibilidade para que, sempre que necessário, se possa organiza-lo e reorganiza-lo.” “O planejamento está sempre ligado a prática.” (LIBÂNEO 1994, p. 225)

Rays (1989) afirma que o ato de planejar o ensino é sempre um ato pedagógico e político.

Através dessa visão, percebe-se a dimensão política da prática educativa deste profissional comprometido.

Berbel (1994) classifica os objetivos de ensino em três níveis:

- O primeiro objetivo é instrucional onde são redigidos de forma claramente o trabalho de aquisição de informações (didático-pedagógicos);
- Os objetivos mediadores que se referem aos modos de trabalhar didaticamente;
- Os objetivos críticos Contextuais que proporcionam aos alunos a mudança de pensar, sentir e agir.

Essa classificação dos objetivos pode contribuir para a prática docente no sentido de favorecer um exercício intelectual mais crítico e reflexivo por parte dos alunos.

É importante ressaltar os conteúdos que são escolhidos para serem trabalhados com os alunos.

Assim, faz-se necessário atuação e intervenção psicopedagógica juntamente com a direção e a supervisão, de maneira a chamar atenção para o valor do planejamento de ensino.

Posteriormente, temos a intenção de verificar com a professora, como ela elabora o seu planejamento, discutindo com ela as quatro etapas do mesmo e sugerindo-lhes leituras para o aprofundamento.

Faz-se ainda necessário conversar com os alunos, acerca do conjunto dos dados levantados com cada um, diagnosticando os aspectos considerados significativos.

Segundo Berbel (1996) a prática fundamentada teoricamente, questionada e refletida, possibilita a práxis, que é uma atitude transformadora, consciente e intencionalmente realizada.

Esta prática, ou seja, a aplicação das alternativas de intervenção psicopedagógicas na realidade, possibilita assumir o compromisso de realização de ações concretas.

Por fim faz-se necessário o retorno geral dos resultados do estudo à diretora, corpo docente juntamente com a supervisão, recomendando continuidade nas intervenções junto à sala de aula estudada, pretendendo-se fazer também com a professora, detalhando sugestões, com o intuito de ajudá-los e resolver os problemas de dificuldades de aprendizagem encontrados nesse processo.

Vale ressaltar a importância da interdisciplinaridade nesse contexto do planejamento como sendo uma possibilidade de favorecimento a aprendizagem significativa, já que parte também da necessidade do grupo em estudar determinado assunto incorporando-os aos outros temas, como também possibilitaria a incorporação de um planejamento participativo.

Segundo Gandini (2002) o planejamento participativo parte de uma leitura de nosso mundo no qual é fundamental a ideia de que nossa realidade é injusta e de que essa injustiça se deve à falta de participação em todos os níveis e aspectos de atividade humana.

“Por isso, o planejamento participativo, enquanto instrumento e metodologia, isto é, enquanto, processo técnico, abre espaços especiais para a questão política. As questões da qualidade, da missão, obviamente, da participação são especialmente valorizadas.” (...) “A função de um planejamento participativo é tornar a ação: clara, precisa, eficiente (eficaz), orgânica, direcionada e transformadora.” GANDINI (2002, p. 28-9)

Nesse sentido pode-se compreender que planejar não é fazer alguma coisa antes de agir e sim agir de um determinado modo, para um determinado fim, sendo um processo de construir a realidade com as características que deseja para a mesma e interfere na realidade para transformá-la numa direção claramente indicada.

Nessa nova proposta de planejamento segundo Gandini nasce uma virtude que não é ensinada e sim uma postura, principio da realidade e universal do qual identifica como ética planetária e o planejamento participativo nasce como uma proposta da injustiça de uma comunidade caracterizada como instrumento educacional.

As duas ferramentas acima mencionadas possibilitam tornar uma virtude de conduta durante o planejamento atendendo-se o principio da universalidade no momento em que escutamos o outro, idéias que se torne uma postura cotidiana nossa sendo ator e autor ao mesmo tempo.

Assim podemos pensar na prática de incluirmos a interdisciplinaridade nos planejamentos escolares de forma participativa, significativa para atender todo a demanda da turma.

A interdisciplinaridade surge nesse contexto na necessidade de se pensar numa prática pedagógica.

A expressão interdisciplinaridade está na ‘moda’ entretanto, são raras as vezes que são empregadas de forma interativa aos programas curriculares.

A interdisciplinaridade, enquanto principio mediador entre as disciplinas, não pode ser jamais elemento de educação a um denominador comum, mas elemento teórico metodológico da diferença e da criatividade.

Percebe-se que há de se levar em conta a questão dos diferentes saberes presentes em cada contexto educacional do ensino - aprendizagens.

Devemos indagar como o psicopedagogo poderá atuar diante dessa situação interdisciplinar. O psicopedagogo deve estabelecer metas a serem seguidas juntamente com a equipe pedagógica, na tentativa de elaborar novos caminhos na construção dos saberes, elaboração de projetos alternativos que atendam as necessidades dos alunos como possibilidade de dinamização do trabalho psicopedagógico.

Isto nos faz questionar qual seria então a função dos projetos. A função do projeto é a de tornar a aprendizagem ativa, interessante, significativa, real e atrativa para o aluno, sem impor os conteúdos programáticos de forma autoritária. Assim os alunos busca e consegue informações, lê, conversas, faz, investigações, formula hipóteses, anota dados, converte tudo isso e, ponto de partida para a construção e ampliação de novas estruturas cognitivas.

O que um psicopedagogo precisa saber para intervir na elaboração de um projeto?

Inicialmente o psicopedagogo poderá intervir na Intenção do projeto, ou seja, os seus objetivos educacionais e as necessidades dos educandos, avaliando o quanto proposta que se dará a atividade. A partir daí, todas as atividades serão socializadas: como a escolha do tema (interdisciplinar) estudo do nível dos alunos (através do estudo do conhecimento prévio dos mesmos) para se estabelecer estratégias no desenvolvimento do trabalho.

No segundo momento o psicopedagogo poderá ajudar na preparação desse projeto: sua coleta de dados e seleção do material bibliográfico se caso dispor de livros, revistas, jornais, etc; na organização das tarefas grupais e na busca de outros meios necessários para a solução dos problemas levantados na fase anterior.

Já no terceiro momento interviria na execução como realização de estratégias para busca de respostas às questões e hipóteses levantadas na problematização.

E no final o psicopedagogo juntamente com o professor, aluno iriam fazer uma avaliação do trabalho realizado em relação aos objetivos evidenciando o crescimento do ensino- aprendizagem dos alunos durante a realização do projeto.

Se o exercício da prática psicopedagógica dentre as questões acima citadas fosse uma prática freqüente e compartilhada, cada sujeito enriquecerá com os conhecimentos construídos por seus semelhantes, tornando-se o ato participativo e consciente.

Gandini (1998) cita que embora possam criar-se modelos e instrumentos diferentes para circunstâncias ou necessidades, o fato é que, se falar este caráter científico, o plano não vale o papel ao qual está escrito.

Ao planejar o professor, precisa conhecer o que pretende e almeja com as atividades propostas.

A intervenção do psicopedagogo diante atuação de um planejamento participativo, na definição de um projeto ou na orientação dos mesmos num contexto institucional curricular podem ser resumidos com um apoio considerável para:

- planejar objetivos claros e realistas com base numa análise de problemas que reflita uma situação atual;
- definir indicadores para acompanhar e avaliar as ações e resultados e objetivos previstos;
- melhorar a comunicação, a integração e cooperação entre as pessoas envolvidas;
- definir as responsabilidades e deveres de todos os parceiros;
- aumentar a probabilidade de êxito do plano;
- aumentar as garantias de sustentabilidade dos efeitos das ações realizadas.

Dentre de tudo que foi citado, planejar deixa de ser um ato solitário, passando a ser um ato coletivo, levando-se em conta o trabalho do psicopedagogo de forma cooperativa e instrucional respeitando a autonomia dos professores.

CONCLUSÃO

O trabalho em pauta é resultado da leitura e análises dos dados de uma pesquisa bibliográfica, no sentido de identificar as questões acerca do tema; Intervenção Psicopedagógica no processo de Aprendizagem num Contexto Curricular.

De acordo com dados estudados, pode-se concluir que, a relação família – escola é fundamental, para que os alunos alcancem sua formação moral, acadêmica e afetiva dentro do contexto social.

Considera-se que houve mudanças profundas, na família, e na escola, como também nos paradigmas curriculares e nas novas concepções psicopedagógicas nesse processo de construção do saber.

O psicopedagogo não pode está mergulhado em suas próprias verdades, pois impossibilitaria o ato de recriar. Ora, inviabiliza também a possibilidade de executar um currículo flexível, como também uma intervenção adaptada á realidade do aluno que viabilize a aprendizagem.

Refletindo-se sobre essas questões compreendemos o trabalho psicopedagógico como uma ação de prática reflexiva frente as dificuldades de aprendizagem.

Assim estamos nós psicopedagogo, na busca de trilha que tornem a nossa prática coerente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERBEL, Neusi Aparecida Novas. **Metodologia do ensino superior: realidade e significado**. Campinas, SP. Ed. Papirus, 1994.

BERBEL, Neusi Aparecida Novas. **A metodologia da problematização no ensino superior e sua contribuição para o plano da práxis**. Seminário: Ciências.Sociais/Humanas, Londrina,PR. V.17, p 09, nov.1996. Edição Especial.

BOSSA, Nádía A. e OLIVEIRA, Veras Barros. **Avaliação Psicopedagógica da Criança de Zero a Seis Anos**. Petrópoles, RJ. Editora Vozes, 1994.

BOSSA, Nadia A. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre, RGS. Ed. Artes Médicas, 1994.

BOURDIEU, Louis. **Lar, a criança e a escola**. 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?.** São Paulo. Ed. Brasiliense, 1995.

BRASIL.Secretaria de Educação Fundamental.Parâmetros Curriculares Nacionais:apresentação dos temas transvesais ética /Secretaria de Educação Fundamental.-Brasilia: MEC/SEF,1997.

CARDENO PEDAGÓGICO SMED Nº9 - Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre,1995.

CANEN, Ana e outros.Pesquisadores Multiculturalismo e Educação: O que dizem as Dissertações e teses. Caxambu:23ª Reunião da ANPED, setembro de 2000.

CARMEN, Ana et al. **Pesquisando Multiculturalismo e Educação: O que dizem as Dissertações e Teses**. Caxambu. 23ª Região Anual de ANPED, 2000.

COLL, César et al, **Desenvolvimento Psicológico e Educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar – Vol. 3**. Porto Alegre, RGS. Ed. Artes Médicas,1995.

COLL, César. **Psicologia e Currículo Barcelona**. Porto Alegre, RGS. Ed. Ática, 1997.

COLL, César e SOLÉ, Isabel et. al..Porto Alegre, RGS. Ed Ática, 1998.

COLL, César. **Conocimiento psicológico y práctica educativa. Introducción a las relaciones entre psicología educación**. Buenos Aires. Ed. Piados, 1988.

CORDIÉ, Anny. **Os Atrasados não Existem - psicanálise de crianças com fracasso escolar**. Porto Alegre, RGS. Editora Artes Médicas, 1996.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência Aprisionada**. Porto Alegre, RGS. Editora ARTES Médicas, 2ª edição, 1991.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos culturais, social, político, religioso e governamental**. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 1994.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação na pré-escola:um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre, RGS. Ed. Mediação,2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo, SP. Ed. Cortez, 1991.

LUCKSE, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo, SP. Ed. Cortez, 1995.

MOREIRA, A.F.B., Multiculturalismo, Currículo e Formação de Professores. In: A.F.B Moreira (org),Currículo: políticas e práticas. São Paulo. Ed. Papirus, 1999.

NOGUEIRA, Maria Alice et.al. **Família e escola**. Estado. Ed. Vozes, 2000.

PAIN, Sara. **Diagnostico e Tratamento dos problemas de Aprendizagem**. Porto Alegre , RGS. Editora Artes Médicas, 2ª Edição, 1986.

PAROLIN, Isabel. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares**. Livro da 5ª jornada de Educação do Norte e Nordeste. Fortaleza, CE. 2003.

PERRENOUD, Philippe e THURLER, Mônica. **A Escola e a Mudança: contributos sociológicos**. Lisboa, Ed. Escolar, 1994.

RAYS, Oswaldo Alonso. Planejamento de ensino :um ato político pedagógico. Caderno Didáticos: Florianópolis, n.10, p 12, 1989.

SEVERINO, Antônio J. **O Diretor e o Cotidiano na Escola, in Idéias (n-12)**. São Paulo, Ed. FDE, 1992.

SILVA, Tomaz Tadeu. **O currículo como fetiche: e a política do contexto curricular**. Belo Horizonte. Ed. Autêntica, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu.. **Documentos de Identidade**. Belo Horizonte. Ed Autêntica, 1999.

SOLÉ, Isabel. **Orientação Educacional e Intervenções Psicopedagógicas**. Porto Alegre, RGS. Ed. Artes Médica, 2001.

VASCONCELLOS, Celson dos S. **Avaliação da Aprendizagem: Práticas de Mudanças – por uma práxis transformadora**. Coleção Cadernos Pedagógicos do Libertad; v.06. 1998. São Paulo. Ed. Libertad, 1956.

VASCONCELLOS, Celson dos S. **Avaliação: concepção dialética – libertadora do processo de avaliação escolar**. Coleção Cadernos Pedagógicos do Libertad; v.03. 2000. São Paulo. Ed. Libertad, 1956.

WESS, Maria Lúcia L. **Psicopedagogia Clínica: Uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. Rio de Janeiro, RJ. Ed. DP & A, 1997.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1. A ESCOLA E A SOCIEDADE	03
1.1 Função Social da Escola	03
1.2 O Fracasso Escolar e a Intervenção Psicopedagógica	07
1.3 Participação do Professor na Avaliação e Determinação do Fracasso Escolar	08
2. FUNÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA	11
2.1 Conceito de Família	11
2.2 Família e Escola	14
3. TRABALHO PSICOPEDAGÓGICO NA ESCOLA	17
3.1 O Psicopedagogo na Instituição Escolar	17
3.2 Paradigmas Curriculares e Multiculturalismo	21
3.3 A Interdisciplinaridade no Planejamento como Possibilidades de Dinamização do Trabalho Psicopedagógico	24
CONCLUSÃO	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	